

CIDADE, CULTURA E A DISPUTA PELO DIREITO AO ESPAÇO: SEGREGAÇÃO URBANA DAS COMUNIDADES DE TERREIRO NA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA

CITY, CULTURE AND THE DISPUTE FOR THE RIGHT TO THE SPACE: URBAN SEGREGATION OF THE YARD COMMUNITIES IN THE METROPOLITAN AREA OF GOIÂNIA

Mary Anne Vieira Silva 1

Rodolfo Ferreira Alves Pena²

RESUMO

Territórios, gênero e história dos candomblés de Goiânia (FAPEG/SEMIRA) e Mães de santo: domínios territoriais, sociais e históricos do sagrado em Goiânia - GO (FAPEG/SEMIRA) e prima por apresentar resultados preliminares dos estudos referentes às religiões de matriz africana em Goiás. Neste caso, o foco será a Região Metropolitana de Goiânia, evidenciando os processos inerentes à dinâmica espacial urbana. Neste texto, primeiramente recorre-se aos apontamentos teóricos conceituais sobre cidade, expansão e a lógica de produção do espaço. Em segundo, enfatiza-se a dinâmica da formação da

A presente comunicação é resultado dos projetos de pesquisa Igbadu:

¹ Docente da Universidade Estadual de Goiás; doutoranda em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG) e pesquisadora do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas (CieAA/NEAB/UEG). E-mail: maryannevs@bol.com.br

Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás. Pesquisador do Centro Interdisciplinar de Estudos África-Américas (CieAA/NEAB/UEG). E-mail: rodolfo_alves_gyn@hotmail.com

capital Goiânia, bem como, de forma preliminar, a sua região imediata. A partir desta lógica o candomblé será enfocado por um processo de luta que reivindica os espaços de pertença e que leve ao questionamento das formas de poder vigentes na sociedade.

Palavras-chave: Região Metropolitana de Goiânia; Candomblé; Expansão Urbana.

ABSTRACT

This communication is the result of research projects of Igbadu: Territories, gender and history of Candomblé in Goiânia (FAPEG / SEMIRA) and Mothers of saint: territorial domains, social and historical of sacred in Goiânia - GO (FAPEG / Semira) and press for present preliminary results of studies on the religions African in Goiás. In this case, the focus will be the Metropolitan area of Goiânia, showing the processes involved in dynamic urban space. In this text, primarily refers to the conceptual theoretical notes of the city expansion and the logic of production the space. Second, it emphasizes the dynamics of the formation of Goiânia and, in preliminary form, its immediate region. From this logic Candomblé is focused in a process of struggle that claimed for the spaces of belonging and leads to questioning of the existing forms of power in society. **Keywords**: Metropolitan area of Goiânia; Candomble; Urban Sprawl.

1. Considerações iniciais

Os projetos de pesquisa que norteiam o presente trabalho – a saber, *Igbadu: Territórios, gênero e história dos candomblés de Goiânia*³ e *Mães de santo: domínios territoriais, sociais e históricos do sagrado em Goiânia - GO*⁴ – surgem da problemática inicial que aponta para o processo de invisibilidade e de discriminação que imperam sobre a realidade das religiões de matriz africana no Estado de Goiás, mais precisamente sobre a capital Goiânia e Região Metropolitana. No presente artigo procura-se apontar a lógica dos processos que intensificam as relações de encobrimento dos grupos que representam esse segmento religioso.

_

³ Coordenado pela Profa. Dra. Eliesse Teixeira dos S. Scaramal, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás – FAPEG.

⁴ Coordenado pela Profa. Ms. Mary Anne Vieira Silva, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás – FAPEG.

Ressalta-se que o objetivo do presente artigo não decorre em produzir resultados de estudos específicos sobre a dinâmica cultural das denominações religiosas de matriz africana. O texto foi organizado no enfoque das bases conceituais da Geografia Urbana, destacando os mecanismos de segregação e exclusão ocorridos no seio da lógica de produção do espaço urbano. Ademais, serão postos alguns dados referentes às ações do Estado, que reitera e legitima a condição de desigualdade quando na prática de acesso e direito das manifestações culturais no domínio público.

A partir de estudos e das pesquisas acima citadas, torna-se evidente que a realidade das religiões de matriz africana se depara com um complexo contexto de marginalização social, já que estas se tornam invisibilizadas e submetidas a uma ordem superior de poder. Sobre essa ordem de poder, citase as ausências de políticas públicas para reconhecimento de territórios, apoio e manutenção das práticas culturais e proteção ao patrimônio imaterial, dentre outros.

Para elucidar essa questão, dentre os resultados dos levantamentos de campo realizados durante o desenvolvimento dos projetos, obteve-se junto à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás dados que permitiram inferir que, até 2007, não há registro de doações públicas para comunidades de terreiro, ao contrário do que ocorre com as religiões cristãs, em demonstração da ausência do Estado para com esse grupo, o que fortalece o atual processo de invisibilidade. Outro mecanismo encontra-se no seio da lógica de reprodução do espaço urbano que passa a agir como imperativo e como forma de Encobrimento do Outro, termo utilizado por Enrique Dossel (1993).

Os praticantes das Religiões de Matriz Africana e Afro Brasileiras já vivenciaram situações de intolerância religiosa, conflitos territoriais e perseguições culturais em áreas públicas na citada metrópole. Um marco representativo que ilustra essa realidade data no ano de 2003. Nesse ano, ocorreu uma intensa polêmica na sociedade goianiense sobre uma exposição do artista plástico Tati Moreno, denominada "Orixás das Bahia".

Esta exposição tinha um caráter eminentemente de divulgação de trabalhos de esculturas de arte que simbolizavam os Orixás cultuados pelo Candomblé. Entretanto, segmentos da sociedade civil, representados por cristão-evangélicos, marcaram suas presenças com atos de protesto no Parque Vaca Brava, local da referida exposição. Tal episódio tomou as ruas da cidade com manifestações de repúdio às práticas religiosas dos segmentos de terreiro. É válido ressaltar que essa exposição diretamente não se vinculava aos movimentos organizados que hoje reivindicam reconhecimento identitário e territorial para o grupo em questão; ao contrário, tratava-se de uma exposição que seguiu todo o território brasileiro sem registro público na envergadura do que ocorreu em Goiânia. Ramos (2007, p.20) narra essa situação:

A movimentação no lago era intensa e os homens e máquinas que trabalhavam na montagem das estátuas trouxeram o lodo à superfície. Tanto à superfície do já escuro lago como, também, o 'lodo' à superfície das almas daqueles que resistiam, tentando negar, desumanizar, demonizar a matriz africana que compõe, juntamente com o cristianismo, nossa "brasilidade" [...] As estátuas já haviam suscitado muita polêmica antes mesmo de sua inauguração. [...] As conseqüências do não cancelamento da exposição por parte do prefeito Pedro Wilson ainda iriam reverberar muito tempo depois, no resultado das eleições para prefeito no fim de 2004 [quando esse não se reelege].

Conforme aponta este autor, esse caso abaliza um momento de disputa, em que o *locus* do enunciante (o evangélico) e o locus do enunciado (o candomblecista) se contrapõem e, pelo poder da ordem do discurso dominante, o primeiro sobrepuja o segundo.

Portanto, a motivação desse trabalho nasce desta situação de intolerância, ausência do poder público e o direito aos espaços da cidade. O crescimento urbano da cidade de Goiânia e de sua Região Metropolitana provoca as seguintes interrogativas: como ocorre a espacialização dos Candomblés segundo a lógica de expansão da metrópole goianiense? A lógica de produção do espaço em Goiânia só visibiliza e encobre as práticas e os seguidores de matriz africana ou tal processo caminha para a periferização e marginalização espacial? Como se dá a organização das relações culturais religiosas no seio dessa reprodução urbana que atende o sistema capitalista?

2. Reflexões preliminares: cidade e produção do espaço urbano

A produção do espaço urbano foi tema de uma vasta produção especializada na área da Geografia, sobretudo aquela que versa sobre os estudos urbanos nas vertentes clássica e contemporânea. Para Corrêa (2001, p.145),

o espaço urbano, visto enquanto objetivação geográfica do estudo da cidade, apresenta, simultaneamente, várias características que interessam ao geógrafo. É fragmentado e articulado, reflexo e condição social, e campo simbólico e de lutas. O espaço urbano pode ser assim submetido a diferentes análises pelos geógrafos, cada uma delas privilegiando uma das características acima apontadas sem, contudo, excluir as demais. Evidencia-se a riqueza de abordagens com que o espaço urbano pode ser considerado.

A partir desse entendimento, a categoria espaço ganha notoriedade em sua dimensão urbana, permitindo a coexistência das mais variadas formas de ações e recepções, que induzem práticas de inclusões e exclusões, geralmente contraditórias, excludentes e/ou articuladas entre si. Quando o autor menciona o termo "campo simbólico e de luta", não está se referindo somente a luta de classes; na verdade ele procura expressar toda uma gama de relação de poderes sobreposta nas relações cotidianas que policiam, vigiam e punem as práticas que não atendem aos padrões imputados pelas ideologias dominantes. O espaço assume a lógica dinâmica dessas lutas, construindo representações simbólicas hegemônicas e representações simbólicas encobertas, que são espacializadas de modo a revelar as desigualdades quanto o direito e o acesso aos espaços na cidade.

Carlos (2003), em sua análise sobre o processo de produção do espaço, revela que o processo histórico, que imprimiu mudanças no meio natural, ocasionou a incorporação de valor a este meio, que passa a representar as garantias de sobrevivência e de acumulação, já que é o suporte para a reprodução das sociedades. De meio natural, tal mudança gera um espaço específico: o geográfico. Acrescenta-se a esse pensamento a idéia de que o processo de expansão capitalista e a constituição do espaço urbano

creditam ao espaço geográfico a propriedade do *valor*. Desse modo, tal característica historicamente produzida se propala de forma intensa pelas ações que envolvem a especulação mobiliária, a intervenção estatal, a ampliação dos processos de redes de serviços, comércio e informação, imprimindo forças que passam a produzir processos socioespaciais enquanto centralidades, descentralidades, remembramentos, coesões, inércias, etc.

Ademais, as bases teóricas que respaldam o entendimento do espaço urbano permite pensar que a lógica de produção dos lugares obedece às forças impostas pelos sistemas estatal e capitalista impregnados no espaço. Carlos (2003, p.52-53) frisa que

o lugar é constituído como condição para a produção e para a vida, e ao serem construídas, essas condições produzem um espaço hierarquizado, diferenciado, dividido, contraditório, que se consubstancia como um dado modo de vida, como formas de relacionamento, como ritmos do cotidiano, como ideologia, religião e como um modo de luta.

Entendendo, então, que as condições constitutivas do espaço o torna hierarquizadas, é completamente crível que essas hierarquias obedeçam a padrões hegemônicos instituídos historicamente sobre uma sociedade. Tal assertiva decorre do fato de que a essência capitalista de produção espacial nasce contraditória e assim se perpetua, propiciando realidades de exclusão e segregação sociais, que vão ao encontro da luta de classes e negam as relações de valores históricos e sociais, imputados por uma lógica dominante, que passam a negar outros valores inferiorizados.

Não longe dessa compreensão, Corrêa (2001) afirma que o espaço urbano se caracteriza por ser um conglomerado de fragmentações paisagísticas articuladas entre si, que se firmam enquanto reflexo das condições imanentes a esse espaço, constituído sob o aspecto de um campo de elementos simbólicos, de lutas sociais e das relações entre distintas formas de poder. Ainda segundo esse autor, essa fragmentação dos diversos elementos urbanos é inevitável e atua como reflexo da sociedade.

Desse modo, não é difícil perceber o fato de que determinadas estruturas se formam por processos contraditórios em que as hierarquizações

sócio-espaciais se tornam representações dessas mesmas hegemonias. Diante dessas construções, o espaço é a representação de valores culturais, sociais, econômicos, dentre outros; que passam a imputar ao indivíduo e aos grupos sociais, determinados estereótipos que em muitas vezes afetam as identidades e, em alguns casos, tornam-se mecanismos de negação e subalternização de pessoas e lugares.

Para Corrêa, o espaço urbano, além de ser desigual – como já foi aqui constatado –, é também complexamente mutável, mas ressalta que essa mutabilidade não suprime a existência das desigualdades e tão pouco das fragmentações e articulações desse espaço. Para ele,

o espaço social é também um condicionante social. [...] O condicionamento se dá através do papel que as obras fixadas pelo homem, as formas espaciais, desempenham na reprodução das condições de produção e das relações de produção (CORRÊA, 2001, p.149).

O espaço urbano teve a cidade como primeira forma espacial para sua materialização. A cidade é uma forma histórica que conta com elementos que foram e/ou são representativos do espaço; não é simplesmente um mero elemento, talvez seja um aglomerado de elementos, próprios do espaço urbano. Contudo, ela não é pautada apenas por reproduções objetivas, mas também por práticas de gestão social, religiosa e, sobretudo, política; práticas essas que dinamizam a cidade. Ora, se a cidade, enquanto forma de um espaço urbano, possui um determinado grau de dinamicidade, quais são os processos de transformação desse espaço? Como eles atuam e se configuram?

Para um breve exercício de compreensão sobre a lógica de produção do espaço da cidade, a literatura sobre Geografia Urbana evoca o surgimento, a ocupação e a expansão que, para a maioria dos autores, acontece com a emergência de uma área central; essa surge com o intuito de facilitar o acesso, minimizar obstáculos logísticos e concentrar a produção econômica. Em seguida, com a ordem da produção econômica vigente, os espaços da cidade passam a atender as necessidades do sistema em questão. O crescimento urbano favorece a formação de novas ocupações que passam a

se localizar em áreas relativamente distantes daquelas centrais. Tal processo promove o surgimento de novas centralidades que, em boa parte são decorrentes da lógica desigual de concentração de renda, adensamento populacional, intensificação dos vetores produtivos, mercados de consumo e trabalho e lazer.

Nesse crescimento, têm-se ordens coesivas, que agrupam determinadas formas comerciais em uma determinada área do espaço, fruto das determinações mercadológicas. Não obstante, os grupos sociais que não atendem determinadas exigências econômicas são segregados nesse espaço especulado, buscando por novas áreas ocupacionais, salvo quando o fenômeno da inércia ocorre, uma vez que esse não se faz seguindo modelos e lógicas econômicas ou sociais, mas valores topofílicos ou até ordens subjetivas, que não são analisadas quando se vê o espaço em uma escala totalizante. Por hora, podemos entender o crescimento da cidade de Goiânia e Região Metropolitana como uma reprodução desse modelo.

3. Religiões de Matriz Africana na Região Metropolitana de Goiânia: a negação do estado e a realidade do encobrimento

Postas as análises que baseiam a pertinência do presente certame, faz-se necessário expor agora uma contextualização tempo/espaço do conjunto de procedimentos metodológicos que atendem aos propósitos dos projetos que esse estudo se insere. Desse modo, a principal preocupação é a de apresentar algumas construções de elementos práticos que sejam capazes de explicar a realidade imperante sobre como se distribui e organiza os espaços do Candomblé goianiense.

Parte-se da premissa básica de que todo espaço social é historicamente produzido, ou seja, "sua especificidade depende basicamente da forma como se dão as relações sociais em determinado momento histórico" (FREITAS, 2004, p.77). Além do mais, conforme a literatura citada, entende-se que se trata de um espaço disputado por formas diferenciadas de poder que são representadas desigualmente no tecido urbano.

A cidade de Goiânia é produto das políticas desenvolvimentistas implementadas no território nacional, sobretudo, a partir da década de 1930, quando se tem o projeto modernista de interiorização territorial proposto por Getúlio Vargas. Sua localização decorre de lutas internas travadas por grupos políticos que representavam as oligarquias locais com outros que visavam implantar governos progressistas no interior do país. A transferência da capital da Cidade de Goiás, conhecida por Vila Boa, retrata tais enfrentamentos no que se refere o projeto de construção e consolidação da capital goiana, que teve o seu processo de fundação concretizado no ano de 1933.

Desde então, a capital do estado conta com uma intensa ação política que entra em consonância com os pressupostos básicos que circundam a esfera do sistema capitalista. Desse modo, o processo de expansão dessa cidade seguiu indubitavelmente a lógica da segregação espacial. Partindo desse entendimento, percebe-se que Goiânia e Região Metropolitana se constituem por um processo de expansão acelerada. Concatenando essa idéia com o pensamento de Freitas (2004), pode-se expressar a idéia de que esse ritmo de expansão vertiginosa do espaço urbano associa-se ao processo de crescimento econômico, ocasionando uma crescente taxa de desigualdade sócio-espacial.

Essas características, de fato, não fogem às realidades das demais metrópoles brasileiras. Assim, o direito pelo espaço na metrópole, sobretudo para os grupos desprovidos das representações estatais e capitalistas torna-se um desafio no cotidiano. Ao se tratar dos grupos de matriz africana que lutam pelo direito de espaço e de garantias de sobrevivência de sua cultura, designa-se diversos conflitos para o segmento em suas relações com o Estado e outros grupos da sociedade civil que negam suas presenças e práticas culturais.

Diante dessa realidade, confere-se que no espaço da metrópole goiana, a marginalização sócio-espacial é imputada às Comunidades de Terreiro. Essas comunidades caracterizam-se por ocuparem terrenos localizados inicialmente em regiões totalmente afastadas dos grandes centros, mas que, com o passar do tempo, foram alcançadas pela expansão urbana, proporcionando aos terreiros consideráveis pressões sobre as suas

manifestações simbólicas. Os Ilê-Axés⁵ localizam-se em regiões de Goiânia; áreas que antes eram periféricas e com baixo índice de especulação mobiliária e que passaram a incorporar, com as melhorias infraestrutura, fatores que passam a coibir a presença de tais centros religiosos.

A resistência, que parte dos zeladores de santo passa a desempenhar, torna-se cada vez mais uma problemática no cotidiano desses praticantes. Sabe-se, que, para a realização do culto aos Orixás, necessita-se de um espaço relativamente amplo, porém alguns Ilês localizados em áreas ainda centrais da cidade sofrem pressões exercidas pela especulação e pela intolerância daqueles que formam o entorno das casas de Candomblé.

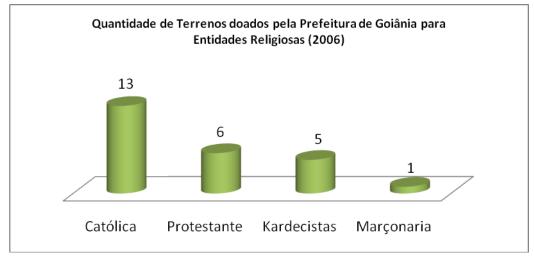
É válido ressaltar, ademais, o fator econômico que pressiona o afastamento dessas comunidades de terreiro para áreas cada vez mais periféricas, quando se observa que nos centros urbanos os impostos territoriais (IPTU) assumem preços elevados com valores inacessíveis para a maioria dos Ilês, uma vez que as Religiões de Matriz Africana, em Goiás, não possuem registros de recebimentos de incentivos ou isenções fiscais. Essa constatação, também obtida ao longo da pesquisa, permite apontar outra condição da realidade que confere os mecanismos de encobrimento a partir da ausência de políticas públicas.

Essa exigência, que urge das realidades sublimadas e decorre do levantamento e de informações em órgãos oficiais, apontam que as religiões cristãs – católica, protestante e kardecista – frequentemente contam com isenções de impostos sobre as áreas onde os seus templos se instalam, o que não acontece com as religiões de Matriz Africana e Afro-brasileiras.

Outra resistência que se coloca ao grupo dá-se quando se constata que as pressões que levam à retirada dos templos para as áreas periféricas também decorrem por parte dos próprios praticantes, que busca a periferia como forma de não romper com as tradições da prática, que requer amplos espaços, com presença dos elementos naturais, como rios, árvores, animais, todos necessários à vivência do culto.

⁵ Ilê Axé é a denominação em *loruba* para a casa onde são realizados os cultos aos orixás.

Outro ponto que se faz problemático é a questão da concessão de terrenos para comunidades religiosas. Como é sabido, todo loteamento demanda uma cota territorial para destinação de entidades religiosas. Observase o gráfico⁶ que se segue:



Fonte: SEPLAN-GO, 2006.

Para uma possível dramatização dos dados, fica demonstrado nesse gráfico que, dos 25 (vinte e cinco) terrenos doados pela prefeitura para a construção de templos religiosos, a maioria – 13 (treze) – foi doada para a religião Católica; outros 6 (seis) para as variações do protestantismo, 5 (cinco) para os Espiritualistas Kardecistas e 1 (um) para a Maçonaria.

É notável, portanto, que a laicidade estatal garantida em constituição é, de fato, questionável. Os dados representam que o Estado age com ações que reificam o credo cristão como hegemônico, reproduzindo no espaço a lógica de valores coloniais que desconhece a diferença entre os grupos, negando as vivências pluriculturais.

⁶ Os dados presentes nesse gráfico foram coletados em trabalho de pesquisa realizado pelo projeto Aberém no ano de 2006. Busca-se atualmente uma atualização desse gráfico, entretanto ainda não foram disponibizados pelo Seplam (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiânia) dados mais recentes que contenham essas informações. Entretanto, os projetos Igbadu e Mães de Santo já revelaram a inexistência de doação de terrenos públicos para comunidades de terreiros entre 2006 e o atual momento.

4. Considerações finais

Decorre dessa análise algumas questões, que problematizam a produção do espaço urbano e a lógica de direito para os grupos culturais, aqui os Candomblecistas:

- a) Processo de invisibilidade das Religiões de Matriz Africana no espaço geográfico;
 - b) Intolerância e negativação dos ritos do Candomblé;
- c) Ausência de ações públicas para com as religiões de matriz africana:
- d) Periferização e marginalização espacial das casas de Candomblé.

Assim, essas evidências permitem responder às questões que norteiam os propósitos do artigo. Como parte de uma resposta mais ampla, afirma-se que a lógica de produção do espaço urbano goianiense atende a uma densa rede correlata de poder. Esta passa a determinar e reificar as hegemonias que se perpetuam sob formas e práticas sociais.

Entretanto, quando se fala de poder na sociedade, não se deve esquecer as contribuições foucaultianas para essa questão:

Para realizar a análise concreta das relações de poder, deve-se abandonar o modelo jurídico da soberania. Este, de fato, pressupõe o individuo como sujeito de direitos naturais ou de poderes primitivos; propõe-se o objetivo de explicar a gênese ideal do Estado; enfim, faz da lei a manifestação fundamental do poder. Dever-se-ia tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação na medida em que ela é que determina os elementos sobre os quais incide: em vez de perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder de si mesmos ou de seus poderes para deixar-se sujeitar, deve-se investigar como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. Assim também, em vez de buscar a forma única, o ponto central do qual derivariam todas as formas de poder por consequência ou desenvolvimento, deve-se primeiro deixá-las valer em sua multiplicidade, em suas diferenças, em sua especificidade, em sua reversibilidade: estudá-las, pois, como relações de força que se entrecruzam, remetem umas as outras, convergem ou, ao contrário, se opõem e tendem a anular-se (FOUCAULT, 1999, p.319)

Portanto, analisar as correlações de poderes na sociedade não é simplesmente analisar o poder burocrático ou a força da repressão estatal, mas também não se deve simplesmente excluí-la. De acordo com a leitura de Foucault, deve-se enfatizar a pluralidade das formas de poder e de como as sujeições produzem novos sujeitos.

Desse modo, enfocar a necessidade de políticas públicas para as religiões de matriz africana não é somente atribuir ao Estado a responsabilidade de manter ou mudar a realidade dessas religiões em Goiás. A questão que surge é analisar se o Estado reproduz e se subordina por meio de suas ações exclusivamente às ideologias econômicas e aquelas ético-morais religiosas ou se suas ações primam por romper com as hegemonias da sociedade, vistas nas contradições das relações sócio-espaciais que se evidenciam por situações que evocam questões de gênero, religião, etnia, violência, dentre outras.

Assim, infere-se que o Estado não é o responsável pela ordem de encobrimento das religiões de matriz africana, mas que ele reproduz uma ordem de poder capaz de reificar esta invisibilidade. A ausência de políticas públicas por meio de isenção de impostos, concessões de terrenos públicos é comprovado com a pesquisa, mas não se tem a intenção apenas de provocar apenas políticas de correção para esses aspectos. A questão é mais ampla e deve-se buscar soluções que visem combater formas de preconceitos e inocular no imaginário coletivo práticas de posicionalidades para mudar os valores que subalternizam os grupos com suas identidades no espaço da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARLOS, Ana Fani A. A Cidade. 7ª ed. – São Paulo: Contexto, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

DUSSEL, Enrique. **1492: O Encobrimento do Outro.** A origem do "mito da modernidade". São Paulo: Vozes, 1993.

www.geografia.ufpr.br/raega/ ISSN: 2177-2738

FREITAS, Cesar A. Labre Lemos de. **Vale dos sonhos:** movimentos sociais urbanos e disputa pelo espaço em Goiânia. Dissertação de Mestrado, IESA/UFG: Goiânia, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade:** Curso no College de France (1975-1976). 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RAMOS, Marcos Paulo de Melo. **A Negativação Semântica das Religiões de Matriz Africana a Partir do Discurso Evangélico** — Anápolis, 2007. Monografia - Graduação em História, Universidade Estadual de Goiás.

SCARAMAL, E. Projeto ABEREM - África no Brasil, estudos de comunidades, religiosidades e territórios. In: I seminário de pesquisa dos professores da UNUCSEH. Anápolis, FUEG - UNUCSEH, 2007. v 1. p.18-20.

Recebido em 02/06/2011.

Aceito em 22/12/2011.